MULHERES E TRABALHO: uma trajetória jurídico-literária da desigualdade formal e representativa

WOMEN AND LABOUR: a juridical-literary trajectory of formal and representative inequality

Giulia Manera¹

Université de Guyane

Ruth Olivier Moreira Manus²

Universidade Clássica de Lisboa

Resumo

A desigualdade de tratamento que atinge as mulheres em todos os temas que se relacionam com o trabalho- desde o trabalho doméstico presente em todos os lares até o mercado de trabalho em si- não é apenas uma desigualdade formal. A desigualdade de representações das múltiplas facetas das mulheres, limitando sua imagem até hoje ao estereótipo da mulher mãe e esposa, tem fortes impactos na emancipação das mulheres no mundo do trabalho. O Direito e a Literatura demonstram de forma clara que a pressão social que ainda recai sobre as mulheres no mundo inteiro configura um verdadeiro óbice para a efetivação da igualdade de oportunidades e de tratamento na esfera laboral. O poder das imagens impregnadas no inconsciente coletivo em virtude da representatividade limitada do feminino segue tendo reflexos formais, econômicos e jurídicos que marginalizam e prejudicam diariamente as trabalhadoras mulheres.

Palavras-chave:

Mulheres; Trabalho; Feminismo; Trabalho Doméstico; Desigualdade de Gênero; Organização Internacional do Trabalho; Discriminação, Desigualdade Racial; Literatura; Emancipação Feminina; Direitos das Mulheres.

Abstract

The inequality of treatment that affects women in all matters related to work- from domestic work in all households to the labor market itself- is no just formal inequality. The inequality of representations of the multiple facets of women, limiting their image until today to the stereotype of women, mother and wife, has strong impacts on the emancipation of women in the world of work. Law and Literature clearly demonstrate that the social pressure that still affects women worldwide is a real obstacle to the realization of equal opportunities and treatment in the labor sphere. The power of images impregnated in the collective unconscious due to the limited representativeness of the female continues to have formal, economic and legal reflexes that marginalize and harm women workers on a daily basis.

Key words:

Women; Work; Feminism; Housework; Gender Inequality; International Labor Organization; Discrimination; Racial Inequality; Literature; Women's Emancipation; Women's Rights.

1 INTRODUÇÃO

O fato inconteste de inexistir igualdade entre homem e mulher no mercado de trabalho é um tema amplamente debatido nos dias de hoje, nos diversos âmbitos do conhecimento.

¹ Professora associada da Université de Guyane (França), membro da unidade de pesquisa MINEA e pesquisadora associada do CRILUS (Centro de Pesquisa interdisciplinar sobre o mundo Lusófono). Mestre em Letras e Filosofia pela Università di Bologna (Itália) e doutora em Estudos Romanos-Português pela Université Paris Nanterre (em convênio com a Universidade de São Paulo-USP).

² Advogada. Pós-graduada em Direito Processual do Trabalho pela PUC-SP Cogea, pós-graduada em Direito Coletivo do Trabalho pela Università di Roma Tor Vergata, mestre em Direito do Trabalho pela PUC-SP, pós-graduada em Direito da União Europeia pela Universidade Clássica de Lisboa, doutoranda em Direito Internacional pela Universidade Clássica de Lisboa.

Analisa-se as causas históricas e sociológicas da questão, bem como os incontáveis impactos jurídicos e econômicos que a situação acarreta na vida das mulheres e na sociedade como um todo.

Todavia, é preciso lembrar que existe um papel muito relevante da representação da mulher na esfera cultural, que repercute imediatamente na visão formal da mesma. A Literatura traz inúmeros registros- atuais e históricos- da expectativa que recai sobre as mulheres, sobretudo naquilo que diz respeito ao seu comportamento, aos seus (tímidos) projetos de vida e ao seu desempenho de tarefas historicamente atribuídas como femininas.

Não é possível analisar a situação profissional das mulheres e o peso da desigualdade que assola o mercado de trabalho ao redor do mundo inteiro se não fizermos uma análise das expectativas sociais que atingem-nas ao longo de toda vida, condicionando, inclusive (ou principalmente), a visão que se tem acerca das mulheres enquanto trabalhadoras.

O papel feminino na sociedade, de um modo geral, segue sendo visto como um papel complementar àquele assumido pelo homem na esfera pública (sobretudo no aspecto profissional e financeiro), restando a elas apenas o protagonismo no âmbito privado- com todo o peso histórico que essa tarefa representa (seja qual for o meio social no qual a mulher está inserida) e com todo o aprisionamento contemporâneo que ele acarreta.

É fundamental observarmos a questão da representatividade cultural- que sempre existiu e que existe até hoje-, para compreendermos os desafios jurídico-legais que ainda enfrentamos, uma vez que cultura e lei são duas peças de uma mesma engrenagem. Não haverá mudança legal efetiva enquanto não houver mudança palpável na representação cultural da mulher.

2 BREVE HISTÓRICO DA VISÃO SOBRE TRABALHO E DA NOÇÃO ORIGINAL DE DESIGUALDADE

O trabalho, ao longo da história, já foi tratado como uma forma de castigo, punição ou penitência³, antes de ser visto da maneira como hoje enxergamos o instituto. Foi necessária uma

³ A origem do vocábulo "trabalho" reside na locução latina *tripalis*³ ("*tri*" (três) e "*palu*" (pau) - literalmente, "três paus"), *tripaliu* ou *tripalium* que era um instrumento romano de tortura, no formato de um tripé, composto por três estacas- ou três paus- cravadas no chão na forma de uma pirâmide, no qual os animais eram presos para serem ferrados e, mais tarde onde os escravos eram supliciados. Daí derivou-se o verbo *tripaliare* (ou *trepaliare*), que significava, inicialmente, torturar alguém no *tripalio*. Até hoje existe uma série de discussões acerca do fato de não se saber ao exato se o "tripaliatore" era o indivíduo que praticava a tortura com o instrumento denominado *tripalio* ou se era a pessoa contra quem a tortura era impingida. Seja como for, é evidente a associação inicial do trabalho com a de uma atividade de cunho essencialmente negativo, sofrível e intimamente relacionada com às noções de punição, de castigo e de dor.

longa jornada econômica e política- bem como uma profunda mudança de concepção ideológica- até que ele alcançasse, nos dias de hoje, o status de um direito social constitucionalmente tutelado.

No que tange à noção de igualdade entre os trabalhadores o percurso não foi muito diferente. O instituto também sofreu diversas mutações, sobretudo em virtude da própria evolução do conceito de dignidade da pessoa humana. Atravessamos os períodos mais árduos nesse sentido, no quais inexistia qualquer forma de proteção dos grupos mais vulneráveis de trabalhadores.

A existência da escravidão institucionalizada representa a mais absoluta ausência de igualdade entre os homens, como mencionamos anteriormente. Embora certas situações análogas às de escravização perdurem até hoje, tratam-se de situações marginais, que já não contam com qualquer tipo de aval formal por parte do Estado. De toda forma, houve um tempo no qual havia, em tese, uma crença na superioridade de alguns indivíduos em relação a outros, justificando sob um certo aspecto o direito de escravizar. Na obra *Política*, de Aristóteles (ARISTÓTELES, 2004, pp. 15-19), é possível ler:

“Existem, na espécie humana, seres tão inferiores [...] para os quais a utilização da força física é o melhor que deles se consegue [...] esses indivíduos são destinados, por natureza, à escravidão, pois; para eles, não há nada mais simples do que obedecer. “
(...)

“A utilidade que têm os escravos é, quase, a mesma dos animais domésticos, auxiliam-nos com sua força física em nossas diárias necessidades [...] Deste modo, entre os homens, uns são livres, outros escravos [...] para eles é proveitoso e justo viver como servos.”
(...)

“Os elementos da economia doméstica são, precipuamente, os da família, a qual, para estar completa, deve compreender servos e indivíduos livres”
(...)

“Alguns seres, quando nascem, estão destinados a obedecer; outros a mandar.”
(...)

“Fica demonstrado, de modo evidente, o que o escravo é em si, e o que pode ser. Aquele que a si mesmo não se pertence, porém pertence a outro, e, contudo, é um homem, esse é naturalmente escravo. Ora, se um homem é de outro, é algo possuído, ainda que seja homem. E uma coisa possuída é um instrumento de uso, separado do corpo a que pertence.”

Neste sentido, é igualmente interessante frisar que Confúcio- ainda que com uma linha filosófica bastante distinta- também negava com veemência a noção de igualdade entre os homens. Argumentava que o homem virtuoso não era o que estava no topo da hierarquia, mas aquele que compreendia o seu lugar dentro dela e o aceitava. Assim, afirmava o filósofo que o soberano deveria ser benevolente, cabendo ao súdito o dever de ser leal (BUCKINGHAM et al, 2011, p. 37).

Já em Roma, à época do Império, havia uma sociedade dividida em ingênuos, que nasciam livres; libertos, que eram os alforriados, e escravos, que permaneciam em cativeiros (SANTOS, 1983, p.26). Os últimos, de acordo com o Professor Sergio Pinto Martins (MARTINS, 1998, p. 17), eram divididos em escravos rústicos e escravos urbanos. Entre os denominados urbanos, existiam os escravos familiares, responsáveis pelo desempenho de todo o trabalho doméstico. Verifica-se a existência de uma divisão de tarefas, porém sem qualquer avanço no tratamento dos indivíduos.

Ao longo da Idade Média, a escravidão na Europa começa a ser reduzida em virtude da influência do cristianismo- embora siga sendo explorada de forma intensa pelos europeus nas colônias. É nesse período que surge o sistema feudal, no qual, como já mencionamos, figuram os servos, que trabalham na terra em troca de proteção no feudo. Dito isso, é relevante observar que o servo já era visto como pessoa, diferentemente do escravo, que, de um modo geral, ainda era visto como bem.

Mais tarde, com o advento da Revolução Industrial e da busca dos industriais pela redução de custos, passou-se a substituir a mão de obra masculina pela feminina e infantil, para pagamento de salários mais baixos. Pode-se verificar neste momento da história a total ausência de igualdade de gênero no trabalho, uma vez que a contratação de mulheres começou a acontecer exatamente com a intenção de pagar salários mais baixos.

Paralelamente a isso, vale destacar que a Revolução Francesa, embora tenha revolucionado o pensamento político existente até então, não trouxe a efetiva noção de igualdade (BELO; OLIVEIRA, 2001, p. 160). Seu lema, liberdade, igualdade, fraternidade, tinha alcance relativo, sobretudo no que dizia respeito às mulheres.

A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1789, é um documento internacionalmente reconhecido, tido como verdadeiro marco na história dos Direitos Humanos. Todavia, tendemos a pensar que o termo «homem», nesse contexto, tem o sentido de «ser humano», o que não é verdade. Trata-se de «homem» como designação exclusiva do sexo masculino. Destarte, pode-se concluir que as mulheres não estavam abarcadas pelos direitos pleiteados na *Declaração*.

Confrontada com essa situação, Olympe de Gouges⁴ (pseudônimo de Marie Gouze), uma mulher de origem popular, nascida em 1748, escreveu a pouco conhecida “Declaração dos

⁴ “Alguns anos depois da publicação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, uma jovem intelectual, autora de peças teatrais e redatora de manifestos, que já havia provocado reações indignadas por defender a abolição da escravatura e reclamar maior proteção para os velhos, os pobres e as mulheres, fez críticas veementes à discriminação das mulheres. A Declaração dos Direitos “do Homem”, segundo ela, era evidentemente discriminatória, pois já a partir da denominação excluía as mulheres, negava seus direitos de cidadania e

Direitos das Mulheres e Cidadãs”, *abrangendo direitos civis e políticos*, dedicando-a à rainha Maria Antonieta, a quem considerava uma mulher oprimida como as demais (GARCIA, 2011, p. 43). A ideia central consistia em conscientizar as mulheres de que seus direitos- inclusive os direitos laborais- estavam sendo negados e que elas precisavam se empenhar na luta por eles.

O texto da declaração assim dispunha:

“A mulher nasce livre e mantém-se igual ao homem no direito. O princípio da soberania reside na nação, ou seja, na reunião dos homens e das mulheres. Todas as cidadãs e todos os cidadãos – iguais diante da lei – devem ser igualmente admitidos em todos os cargos, em todos os postos e empregos públicos, segundo sua capacidade, sem outra distinção sem ser a sua virtude ou seu talento. A mulher tem o dever de subir ao cadafalso; deve ter o direito de subir à tribuna.” (MONTEIRO DE BARROS, 2010, p. 60)

Como era de esperar, o texto não foi bem acolhido e Olympe de Gouges foi atacada pela autoria da obra, considerada «anti-Robespierista». Isso, associado à publicação da obra *Três urnas*, na qual impugnava as formas de governo adotadas pelo novo regime, fez Olympe de Gouges⁵ ser presa. A acusação imputada contra ela era a seguinte:

Olympe de Gouges escreveu e mandou imprimir obras que não podem ser consideradas senão atentados à soberania do povo. [...] Não há como enganar-se sobre as intenções pérfidas dessa mulher criminosa e sobre os seus propósitos ocultos quando se vê, em todas as suas obras, caluniar e atirar fel, como longas flechas, sobre os mais calorosos amigos do povo e sobre os seus mais intrépidos defensores.

Vale mencionar que, como afirma Dalmo Dallari, o advogado que a acusada indicou para sua defesa não compareceu ao tribunal na data do julgamento do seu caso. Ao pedir a nomeação de um outro defensor, o juiz afirmou que a acusada era «suficientemente dotada de espírito para se defender sozinha».

Olympe de Gouges foi condenada à pena de morte naquela ocasião e, ao saber da sentença, anunciou que estava grávida. Foi então submetida a um exame médico e a parteira designada para tanto não chegou a um resultado conclusivo. Sendo assim, o presidente do tribunal optou, então, por desconsiderar o argumento e determinou sua execução no prazo de vinte e quatro horas.

contrariava os objetivos da mobilização popular contra a desigualdade. Daí sua revolta e sua decisão de elaborar uma Declaração dos Direitos da Mulher. Essa mulher era justamente Olympe de Gouges.” DALLARI, 2016, p. 31.

⁵ Na sua obra, Olympe começou a questionar se os homens tinham capacidade de ser justos e também perguntou a si mesma de onde vinha o «direito» dos homens de dominar as mulheres, reiterando que queriam comandar de forma déspota um outro sexo, o feminino, que tinha exatamente as mesmas faculdades intelectuais que eles.

Em 3 de novembro de 1793, Olympe de Gouges foi levada à guilhotina e morta. Vale lembrar que quinze dias antes, a rainha Maria Antonieta tinha sido morta da mesma forma. Segundo registros, as últimas palavras dela antes da sua execução foram: «Filhos da Pátria, vocês vingarão a minha morte.»⁶

O professor Dalmo Dallari (DALLARI, 2016, p. 143) analisa o espírito desse episódio:

Misturavam-se aí o sentimento de vingança dos que apoiavam os comandantes do terror e a satisfação primária pelo espetáculo do funcionamento da guilhotina, mas também estavam juntos naquela manifestação cruel e desumana os que achavam que a ascensão política da burguesia, a nova classe de homens ricos, era a instauração de uma sociedade justa, na qual os homens com mais poder económico manteriam o comando. E com arrogância e intolerância consideravam que os críticos desse sistema eram inimigos perigosos, que deveriam ser eliminados.

Com isso, compete frisar novamente que a igualdade pregada pela Revolução Francesa foi relativa, sempre sujeita à manutenção dos interesses e da moral prezada por aqueles que passaram a ocupar o poder. A emancipação das mulheres não era um desses interesses, razão pela qual a efetiva noção de igualdade ainda não as alcançava.

No Brasil, as primeiras reivindicações dos direitos das mulheres estão associadas à figura de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885). Jornalista e escritora, é uma das poucas mulheres - senão a única - do início do século XIX que conseguiu publicar artigos na imprensa nacional. Seu ensaio *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, publicado em 1832, pode ser considerado o livro fundador da literatura feminista no Brasil (DUARTE, 2003).

Amplamente inspirado pela obra de Mary Wollestonecraft, pela mencionada anteriormente *Déclaration des Droits de la femme et de la Citoyenne* de 1791 por Olympe de Gouges, bem como *De l'égalité des deux sexes* (1673) por François Poullain de la Barre e por *Woman Not Inferior to Man* (1739) assinado por Sophie, o texto representa uma tentativa de repensar e adaptar à realidade socioeconômica brasileira os ideais igualitários setecentistas originários da Europa.

Segundo Nísia Floresta, a especificidade do Brasil residiria na herança sociocultural portuguesa, na origem da estrutura patriarcal e na condição de profunda discriminação sofrida pelas mulheres. No texto, a autora traça um retrato da sociedade brasileira da época, efetivamente descrevendo uma subordinação de um sexo ao outro comparável a uma forma de escravidão.

⁶ "Le 3 de novembre 1793, Olympe monte sur l'échafaud et adresse cette dernière phrase à la foule massée: 'Enfants de la patrie, vous vengerez ma mort!'" DALLARI, 2016 p. 141.

Em *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, a autora dedica três dos seis capítulos à questão do trabalho feminino, reconhecendo nos costumes, no preconceito e na falta de escolaridade as causas da exclusão das mulheres de muitas profissões, nomeadamente dos cargos de responsabilidade e prestígio na política, o exército, a universidade. Senão vejamos:

“Para que os homens creiam que uma coisa é bem fundada, basta que a vejam estabelecida. Como nos observam em toda parte sujeitas e absolutamente dependentes dos homens, privadas das vantagens das ciências e das ocasiões de fazer conhecer nossa capacidade para os cargos públicos, concluem daqui os homens [...] que devemos ser assim. Mas concedendo-se que as mulheres tenham sido sempre excluídas dos empregos públicos, segue-se necessariamente que isto deva ser assim?” (FLORESTA, 1989, p. 63)

Trata-se de uma dicotomia que está muito longe de ser superada. Passamos, então, à análise da representação socioprofissional da mulher, percorrendo um caminho histórico para buscar compreendermos a complexa situação na qual estamos inseridos atualmente.

3 A REPRESENTAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL DA MULHER AO LONGO DA HISTÓRIA

Retomando a dicotomia natura/cultura, Nísia Floresta descreve a exclusão das mulheres de certos tipos de emprego, sobretudo os mais valorizados, como um fato social, contribuindo a colocar a questão do trabalho feminino como um elemento central das reivindicações das mulheres, desde as primeiras manifestações dos movimentos feministas no Brasil.

Durante a primeira metade do século XIX, as funções reservadas às mulheres limitavam-se à esfera familiar e doméstica, ao espaço fechado da casa. Analfabetas ou privadas de educação adequada, as mulheres não podiam votar e, nas classes altas, estavam de fato proibidas de trabalhar. Quando tinham vocação para a escrita, música ou pintura, elas permaneciam em sua maioria amadoras, sendo-lhes negada qualquer forma de consagração. Assim, para poderem se tornar trabalhadoras e serem representadas e aceitas como tal, as mulheres têm, antes de mais nada, que negociar a representação restritiva de esposa e mãe associada desde sempre à imagem da Mulher.

Na virada do século, a questão da cidadania e da educação feminina ocupava lugar de destaque no processo de desenvolvimento da democracia brasileira, promovido pela ação de comissões, associações e movimentos feministas cada vez mais presentes. A questão feminina, que antes era prerrogativa de feministas e sufragistas, começa a se tornar o assunto de um debate que envolve o papel das mulheres tanto material quanto simbolicamente. Foi nessa época que

a imagem da nação francesa foi incorporada por um corpo feminino, a personificação da liberdade republicana e um ícone da pátria.

Na esfera privada, a imagem da esposa e mãe atenciosa rapidamente se cristalizou, tornando-se o centro do lar burguês. Na virada do século, a questão da cidadania e da educação feminina ocupava lugar de destaque no processo de desenvolvimento da democracia brasileira, promovido pela ação de comissões, associações e movimentos feministas cada vez mais presentes.

Todas essas considerações permitem ler o século XIX como uma época em que a identidade e o papel da mulher são objeto de um poderoso processo normativo. A representação da mãe e da esposa, que se consolidou no imaginário da época, representa o centro do núcleo familiar que se tornou a célula fundamental da sociedade ideal - burguesa - que se quer construir. Do ponto de vista da organização da República, como outras cartas europeias, a Constituição Brasileira de 1891, define a família como a organização central da nação (ELEUTERIO, 2005, p.132). Durante a República Velha, o debate público e político é, portanto, largamente relacionado com o estatuto político, jurídico e social das mulheres.

Segundo uma representação generalizada, a mulher é frequentemente descrita como rainha do lar, o anjo da casa, desempenhando um papel complementar ao assumido pelo homem na esfera pública. O Código Civil de 1916, conferindo estatuto jurídico à subordinação material e simbólica da mulher, atesta a condição de dependência total da mulher casada ao marido: o homem era o chefe da indissolúvel sociedade conjugal, o representante legal e o administrador do patrimônio (MALUF; MOTT, 1998, p. 375).

Como sabemos, uma mulher casada não podia trabalhar sem receber permissão formal do cônjuge e seu status legal era comparável ao de uma menor. Os costumes e as tradições ajudam a dar aos maridos poderes ainda maiores do que os previstos no Código Civil. Na pequena escala da família, homens e mulheres assumem papéis complementares que também caracterizam a organização do Estado.

Acerca da subordinação feminina, podemos ler o delicado porém forte trecho, bem expresso pela protagonista de um dos contos de Júlia Lopes de Almeida, publicado na coleção *Eles e Elas* (1910): "Cada vez que peço dinheiro ao meu marido [...] sinto um calafrio sofrer me de volta calcanhares na nuca. [...] A gente fica até vexada... ser carga é uma coisa bem triste!" (ALMEIDA apud MALUF; MOTT, 1998, pp. 416-417).

Na sequência, a leitura de Bertha Lutz, se faz fundamental acerca da temática da igualdade:

“Fortemente estimulado pelas provas de capacidade feminina, [...] o princípio de igualdade jurídica dos sexos foi abrindo caminho rápido e vitorioso e se acha hoje consagrado nas constituições de quase todas as nações cultas da terra. O anacronismo que apresenta a legislação civil em face do direito público moderno, a respeito da mulher, está a exigir uma reforma radical que a harmonize com os princípios consagrados nos países americanos e condizentes com a dignidade da mulher” (LUTZ, 1933, p. 7)

Com essas palavras, Bertha Lutz defendeu a plena aplicação do princípio da igualdade entre os sexos no ordenamento jurídico brasileiro. Ao dar o exemplo dos Estados Unidos, que na época era frequentemente citado como modelo de modernidade e liberdade, inclusive em matéria de direitos das mulheres, ela clama pelo abandono de um marco jurídico que subordina as mulheres ao homem na esfera privada tanto quanto na esfera pública. Assim como a educação, o direito ao trabalho é uma prioridade para o movimento feminista.

Uma vez vencida a batalha sufragista, a demanda por melhores condições e possibilidades mais profissionais se espalha, tornando-se uma prioridade também para organizações não tradicionalmente comprometidas com a causa operária e proletária como os anarquistas.

Assim como a educação, o trabalho agora está se tornando uma questão de gênero e não de classe, ligada a uma revisão posterior da identidade e do papel das mulheres na sociedade. Trabalhar, como eleitor e estudar, significa ter os mesmos direitos que o homem. Ter uma profissão, ganhar dinheiro representa libertar-se da eterna subjugação ao homem, como afirmava Ercília Nogueira Cobra em 1924:

“[...] Os países líderes da civilização, condoídos da sorte miserável da mulher, começar a quebrar como algemas que lhe acorrentam os pulsos e cada vez mais lhe deixam as mãos livres para o trabalho, única fonte de felicidade na vida. Em 1933, quando Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura fundaram a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, o direito ao trabalho foi um dos primeiros pontos do programa.” (COBRA apud QUINLAN; SHARPE, 1996, p. 44).

Em 1930, o Código Civil que Bertha Lutz considerava discriminatório contra as mulheres, subordinava o direito ao trabalho das mulheres casadas à permissão dos maridos. Mas, para além da legislação, são os costumes e as mentalidades que representam os maiores obstáculos à generalização do trabalho feminino. Embora as mulheres comecem aos poucos a trabalhar fora de casa, persiste a ideia de que o seu primeiro dever, a sua principal missão, é ser mães e esposas cuidadoras, perfeitas donas de casa.

A dedicação à vida familiar é um elemento simbólico particularmente significativo porque era considerada na época indissociável da alma feminina, sem distinção de classe, raça

ou escolaridade. Essa representação transversal, que afeta todas as mulheres independentemente de seu status, simplesmente torna inaceitável e impensável que uma mãe ou esposa possa sacrificar o tempo reservado para seus parentes por uma carreira. O trabalho, quando necessário à sobrevivência econômica, deve, portanto, ser compatível com a verdadeira missão da mulher. Um imperativo moral que pesa na conquista de novas possibilidades profissionais. Do ponto de vista material, esta subordinação da atividade feminina resulta numa disparidade salarial significativa entre homens e mulheres.

As mulheres casadas das classes mais ricas, para as quais o trabalho é considerado desnecessário ou mesmo perigoso, muitas vezes permanecem em condição de total dependência econômica do cônjuge. Conforme os eletrodomésticos começam a aparecer nas casas mais ricas e o pessoal de serviço diminui, verifica-se uma sociedade que se esforça para ser moderna, mas, em contraposição, essas mulheres continuam a viver dentro de um horizonte muito limitado. O belo trecho de Julia de Almeida representa perfeitamente esta situação:

“Se uma mulher brasileira, (se há exceções? Há-as de certo!) cai de uma posição ornamental em outra humilde, é de rosto descoberto que ela procura trabalho então vai ser costureira, mestra, tipógrafa, telegrafista, aia, qualquer coisa, conforme a educação recebida, ou o ambiente em que vive... Nessas ações, não há simplicidade, - há estoicismo e uma compreensão perfeita da vida moderna: que é a guerra das competências. A brasileira vive ociosa; é uma frase injusta e que anda a correr mundo, infelizmente sem protesto. Porquê?” (ALMEIDA., 1906, pp. 35-36)

Assim como a educação, o trabalho feminino é visto neste momento como um perigo potencial para a ordem e a sobrevivência da sociedade e da nação. O Decreto de Proteção à Família promulgado em 1941 é um exemplo específico de interferência do Estado na privacidade. O texto, que introduz, entre outras medidas, o auxílio financeiro para estimular o casamento e a taxa de natalidade, refere-se a uma divisão rígida dos papéis e responsabilidades sexuais no casamento que reduz o espaço feminino no lar familiar. Enquanto, desde a escola, os meninos devem se preparar para ocupar o lugar que a sociedade lhes reserva - trabalho, política, defesa da nação - as jovens devem, pelo contrário, fazer uma formação adaptada à sua futura missão, como sublinha o artigo 13 do decreto:

O Estado educará ou fará educar a infância e a juventude para a família. Devem ser os homens educados de modo a que se tornem plenamente aptos para a responsabilidade de chefes de família. Às mulheres será dada uma educação que as torne afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes da administração da casa (art. 13).

Em que pese o fato do Código Civil de 1916 ter sido substituído pelo Código Civil de 2002, seria ilusão afirmarmos que a condição da mulher mudou, sobretudo naquilo que tange às expectativas sociais acerca do seu desempenho enquanto profissional/esposa/mãe. Em que pesem as mudanças (ainda que tardias) acerca da liberdade civil da mulher, é fundamental descolarmos a noção de mudança legislativa da noção de mudança da concepção social e das pressões subsequentes. Soma-se isso o fato de que, na prática, a inclusão das mulheres no mercado de trabalho foi feita aos solavancos, inexistindo um real processo de aceitação da pluralidade e de efetivação de políticas de isonomia.

Ademais, a condição de vulnerabilidade das mulheres no mercado de trabalho também vem acompanhada de uma série de outros grupos nas mesmas condições. Há diversos fatores (gênero, cor, nacionalidade, condição social, orientação sexual, entre outros), que subtraem a noção de igualdade de tais indivíduos.

E essas discriminações não se limitam ao campo salarial. A ausência de tratamento isonômico entre os trabalhadores começa no momento da contratação e prolonga-se por toda a duração do contrato de trabalho. Thomas Piketty (PIKETTY, 2015, p. 78) frisa que olhar para a desigualdade no trabalho de forma rudimentar, acreditando simplesmente que ela se deve às diferentes capacidades de contribuir para a produção de bens e serviços, é uma forma de omitir quais são as verdadeiras origens de tal desigualdade.

Também não podemos deixar de observar a questão da igualdade no trabalho através do seu prisma mais óbvio: a ausência de igualdade entre empregado e empregador, que é exatamente a razão que fundamenta o protecionismo ao trabalhador que é inerente ao Direito do Trabalho, bem como o princípio protetor que o norteia.

O Professor Alain Supiot assim pontua:

“Em França, país em que, desde a filosofia das Luzes, a ideologia igualitária entre empregador e trabalhador- disseram, em substância, os primeiros juristas franceses que se interessaram pelo “direito operário” -, é manifestamente inigualitária: é-o economicamente, pois o dinheiro está num pólo, e a necessidade, no outro; e é-o também juridicamente, pois o contrato faz nascer um vínculo de subordinação entre esses pretensos iguais.” (SUPIOT, 2016, p. 178)

Deste modo, é indispensável que o Direito do Trabalho sirva como alicerce para que haja ferramentas de igualdade jurídica numa relação na qual inexistente qualquer indício de

igualdade natural⁷. Trabalha também o Direito do Trabalho para tentar reduzir as desigualdades entre os trabalhadores que mencionamos anteriormente.

4 O TRABALHO DOMÉSTICO COMO CATALISADOR DA DESIGUALDADE

Quando falamos em trabalho doméstico, precisamos fazer uma distinção clara. Existe o trabalho doméstico enquanto atividade remunerada, protagonizada sobretudo por trabalhadoras mulheres, e existe também o trabalho doméstico enquanto atividade diária não remunerada em todos os lares, igualmente ainda protagonizada pelas mulheres no âmbito familiar. Os dois ângulos da questão merecem atenção e demandam um urgente debate.

De acordo com dados coletados pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), o Brasil, em 2009, contava com 7.223.000 trabalhadores domésticos (OIT, 2010, p. 18). Trata-se do país no qual há provavelmente o maior número de trabalhadores domésticos do mundo.

Esse fato se deve a uma série de fatores históricos, sociais, econômicos e jurídicos. A íntima relação entre a história do Brasil e a exploração do trabalho escravo tem papel relevante no atual trabalho doméstico. Ademais, a necessidade cada vez mais acentuada das mulheres trabalharem também fora do ambiente doméstico aumenta a mão de obra para esse tipo de serviço, uma vez que boa parte dessas mulheres não têm acesso aos ensinos profissionalizantes, restando-lhes a opção do trabalho doméstico remunerado. Soma-se a tudo isso a cultura arraigada no Brasil de delegar as tarefas domésticas para terceiros, sempre evitando desempenhá-las, sobretudo quando o custo de tal delegação é extremamente baixo.

Todo esse cenário faz com que estudos acerca de tais profissionais e da legislação que os contempla atualmente sejam indispensáveis para que o país desenvolva-se de forma justa, atentando para as demandas dessa grande parcela da população, composta em sua enorme maioria por mulheres.

É fato inconteste que o Direito do Trabalho é um direito social. Logo, pode-se concluir que todos os temas por ele tratados não podem ser estudados através de uma ótica unicamente jurídica, o que requer sempre uma análise histórica e sociológica do conteúdo. É a falta de visão global, integrando as diversas áreas do conhecimento, que faz com que, por vezes, o estudo

⁷ "Pode-se dizer que, no âmbito histórico, o Direito do Trabalho foi o primeiro a tratar de forma diferenciada o empregado, justamente porque ele não é igual ao patrão. A superioridade jurídica foi estabelecida por intermédio da lei, em razão da inferioridade econômica do trabalhador. Foram estabelecidas pela lei certas limitações ao empregador." MARTINS, 2015, p. 92.

jurídico se torne superficial, sem compreender os fatores que influenciam determinado tema e os impactos causados pelas normas jurídicas que tratam do assunto.

A história do trabalho doméstico se confunde, em alguns momentos, com a história da própria escravidão. As origens desta remontam aos primórdios da humanidade. A ideia de usufruir da força de trabalho alheia sem incorrer em qualquer tipo de gasto, interessadamente, é mais antiga do que a noção de lucro. Aliada a essa ideia, estava o instinto de dominação entre povos e a perene crença na existência de “raças superiores” que deveriam dominar aquelas julgadas inferiores, justificando supostamente o ato de escravizar.

Alguns dos escravos deveriam dedicar-se somente à atividade doméstica, como se verificará adiante. Já na época da servidão, uma série de trabalhadores também é mantida na esfera doméstica, dedicando-se exclusivamente ao desempenho dessas tarefas.

Na Grécia Antiga, gregos escravizavam bárbaros. Ely Souto dos Santos (SANTOS, 1983, p. 25) afirma que, nas tarefas urbanas, os trabalhadores livres eram geralmente artesãos ou operários, ficando as questões domésticas reservadas aos escravos.

Em Roma, à época do Império, havia uma sociedade dividida em ingênuos, que nasciam livres; libertos, que eram os alforriados, e escravos, que permaneciam em cativeiros (MARTINS, 1998, p. 21). Já na Idade Média, a escravidão na Europa começa a ser reduzida por causa da influência do cristianismo. É nesse período que surge o sistema feudal, no qual figuram os servos, que trabalham na terra em troca de proteção no feudo. Dito isso, é relevante observar que o servo já era visto como pessoa, diferentemente do escravo, que era visto como bem.

O servo, teoricamente, era um homem livre, ainda que na prática não o fosse, em virtude de diversas questões sociais e financeiras, englobando os tributos que eram devidos ao senhor feudal, bem como a impossibilidade de adquirir uma gleba de terra. Pode-se dizer que a servidão era uma forma velada de escravidão, já que a ideia de “homem livre” não passava de uma ficção, uma vez que deixar o feudo não era uma opção viável para esses trabalhadores – seja pelo endividamento por causa dos tributos, seja pela falta de alternativas seguras. Como menciona Sérgio Pinto Martins, dentre os servos, existiam os *servus rusticus* e os *servus ministerialis* ou *famuli*, sendo os últimos os que realizavam o trabalho doméstico.

Claudia Cavalcante Normando (NORMANDO, 2005, p. 46) frisa que, na Idade Média, era possível atentar para a predominância quase absoluta de servas mulheres, que se ocupavam do trabalho do lar, nutriam os recém-nascidos e faziam companhia às mulheres de seus senhores. Esse cenário acabou por incentivar a prática adúltera e incestuosa dentro do lar. Nessa mesma época, os filhos de servos serviam no ambiente doméstico, iniciando, dessa

forma, a prática do trabalho infantil doméstico que perdura até os dias de hoje em algumas sociedades, inclusive a brasileira.

Posteriormente, com o surgimento da Revolução Industrial e o fortalecimento da classe burguesa, a utilização da mão de obra doméstica ganha novas conotações, relacionadas ao *status* conferido aos seus empregadores, que se utilizavam do trabalho doméstico já como uma forma de autoafirmação.

No que diz respeito ao Brasil, a escravidão exerceu papel de relevância extraordinária, uma vez que sua existência não causou impactos meramente econômicos e históricos, mas foi responsável pela conformação da sociedade como um todo. A escravidão no Brasil foi abolida há mais de um século e, no entanto, as sequelas deixadas por ela podem ser vistas diariamente em qualquer parte do país. Boris Fausto pontua a esse respeito:

“A escravidão foi uma instituição nacional. Penetrou toda a sociedade, condicionando seu modo de agir e de pensar. O desejo de ser dono de escravos, o esforço para obtê-los ia da classe dominante ao modesto artesão das cidades. Houve senhores de engenho e proprietários de minas com centenas de escravos, pequenos lavradores com dois ou três, lares domésticos com apenas um escravo. O preconceito contra o negro ultrapassou o fim da escravidão e chegou modificado a nossos dias. Até pelo menos a introdução em massa de trabalhadores europeus no centro-sul do Brasil, o trabalho manual foi socialmente desprezado como “coisa de negro”. (FAUSTO, 2001, p. 33)

No período durante o qual perdurou a escravidão, as incumbências domésticas foram todas delegadas aos escravos. À parte isso, muito interessante observar a colocação de Cláudia Cavalcante Normando (NORMANDO, 2005, P. 47), ao explicar que os indígenas já dividiam o trabalho entre homens e mulheres, cabendo aos homens os trabalhos externos e braçais, e às mulheres as tarefas domésticas. Entretanto, até então, inexistia qualquer tipo de desprezo pela atividade doméstica. A marginalização do trabalho doméstico surge com a imposição do sistema colonialista e, principalmente, com a adoção do sistema escravocrata. Assim, segundo essa perspectiva, o menosprezo e a desvalorização dos serviços domésticos não estão ligados à sua natureza, mas ao desprezo por aqueles que passaram a desempenhar essas atividades no período da escravidão.

Os escravos que desempenhavam atividades domésticas passavam por um critério de seleção mais rigoroso, incluindo análise da aparência física e de hábitos de higiene. Suas atividades englobavam limpeza, cozinha, reparos das instalações da casa, cuidados com as crianças, amamentação dos bebês, entre outras.

Com a iminência da abolição da escravatura no Brasil, algumas coisas começaram a mudar. Em 1850, a Lei Eusébio Matoso proíbe o tráfico negreiro. Já em 1871, a Lei do Ventre

Livre proíbe a escravização das crianças nascidas a partir daquele momento, configurando um marco nas questões atinentes ao trabalho da mulher e à maternidade. Em 1885, a Lei dos Sexagenários veda a escravização de indivíduos com mais de 60 anos, garantindo a liberdade dos que atingissem essa idade.

Em 13 de maio de 1888 foi promulgada a Lei Áurea, abolindo oficialmente a escravidão no Brasil. Os supostos antigos escravos, sobretudo aqueles inseridos no âmbito doméstico, ainda não passaram a ocupar uma posição social melhor. Além disso, a liberdade não foi imediata, uma vez que os escravos que trabalhavam para a família continuaram trabalhando no âmbito residencial após o advento da mencionada lei.

Não é difícil concluir que o desprezo pelas atividades domésticas tem uma dupla origem representativa: a origem escravocrata da atividade e a sua associação ao feminino. Essa dupla marginalização dos indivíduos a quem tais tarefas foram historicamente atribuídas marcou para sempre a forma como se enxerga, regulamenta e remunera o trabalho doméstico.

O fim da escravidão formal não representou, de forma alguma, uma mudança moral naquilo que diz respeito às atividades doméstica, seja na perspectiva das trabalhadoras ou das esposas/mães. Houve uma necessidade de alteração da exploração da atividade, mas não houve uma mudança na forma como se enxerga a natureza do trabalho.

A progressiva entrada das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo no século XX, igualmente não foi representativa de uma reestruturação das atividades domésticas. A inclusão das mulheres no rol de trabalhadores remunerados não aconteceu por uma mudança na forma como se enxerga a mulher e seu valor enquanto indivíduo, mas por uma mera necessidade de aumento de produção imposta bruscamente pelo sistema capitalista.

Destarte, não só não se mudou a visão acerca do valor da atividade doméstica, bem como não houve uma partilha das tarefas entre homens e mulheres, uma vez que a mulher também passou a trabalhar fora. Verifica-se, então, um problema em cascata: a atividade desprezada, a titularização informal da atividade por mulheres, as mulheres que acumulam as duas atividades- externa e doméstica, a informalidade da atividade (seja ela profissional ou familiar) e a inviabilidade de fiscalização desse tipo de trabalho.

A representação cultural da mulher como ser naturalmente vocacionado para a lida doméstica acarreta na sobrecarga feminina contemporânea, popularmente chamada de dupla jornada de trabalho, bem como no agravamento da marginalização da atividade enquanto trabalho formal, reforçando a ideia de naturalizar salários baixos e de validar a subtração de direitos, como pôde-se verificar claramente na ocasião das polêmicas acerca da Emenda Constitucional 72/2013, que ampliou o rol de direitos das trabalhadoras domésticas.

5 CONCLUSÃO

Como mencionamos no início desse artigo: Não haverá mudança legal efetiva enquanto não houver mudança palpável na representação cultural da mulher. É verdadeiramente impossível buscarmos a alteração legal e prática da situação das mulheres no mercado de trabalho enquanto enxergarmos essas questões de uma maneira que esteja dissociada da visão social da mulher e de seus papéis.

A cultura molda os pensamentos de uma sociedade. E, nas democracias, é a própria sociedade, ainda que indiretamente, que produz suas próprias normas. Se essa sociedade não estiver moldada por uma representação plural da mulher, torna-se insustentável a busca por uma mudança prática e legal.

A situação do Brasil de 2021 é absolutamente representativa da situação que narramos nesse artigo. Basta olhar para os membros dos nossos poderes executivo e legislativo e nos perguntarmos sob qual cultura eles foram moldados. A visão discriminatória da mulher, que impera no Brasil há muitos anos, mas que se intensifica de forma cavalgar desde 2018, não nasceu sozinha. Ela é fruto de uma cultura.

A função social da mulher, o debate amplo sobre a sua liberdade enquanto indivíduo e sobre o impacto das atividades domésticas na vida profissional feminina é urgente e inevitável. Estamos em 2021 e temas que já eram debatidos por Olympe de Gouges em 1791 seguem sem respostas sociais satisfatórias.

Não adianta debatermos o regramento sem questionarmos as estruturas. Sobre estruturas frágeis (ou inexistentes) não há regra que subsista ou norma jurídica que encontre verdadeira aderência. Enquanto evitarmos o debate profundo, estaremos criando um sistema de falsa segurança e emancipação, uma vez que a mulher, no ambiente profissional e doméstico seguirá sendo vista como criatura subalterna, indigna do olhar isonômico que configura a verdadeira noção de justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro de Donas e Donzellas*. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1906.

ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

BELO, Filomena e OLIVEIRA, Ana. *A Revolução Francesa*. Coimbra: Quimera, 2001.

BUCKINGHAM, Will *et al.* *O livro da filosofia*. São Paulo: Globo, 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Os direitos da mulher e da cidadã, por Olímpia de Gouges*. São Paulo: Saraiva, 2016.

DUARTE, Constância Lima. "Feminismo e Literatura no Brasil" in *Estudos Avançados*, vol. 17 n. 49, São Paulo, 2003.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Vidas de Romance. As mulheres e o exercício de ler e escrever no entre séculos 1890-1930*, Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

QUINLAN, Susan; SHARPE, Peggy. *Visões do passado, previsões do futuro*, Goiânia: Editora UFG, 1996.

FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo: Cortez, 1989.

GALVÃO, Patrícia (Mara Lobo), *Parque Industrial : Romance proletário*, Rio de Janeiro: Alternativa, 2006.

LUTZ, Bertha. *A Nacionalidade da Mulher Casada*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1933.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia, "Recônditos do mundo feminino" in Novais, Ferdinando, *História da vida privada no Brasil 3 – República: da Belle Époque à Era do Rádio*, São Paulo : Companhia das Letras, 1998.

MARTINS, Sergio Pinto. *Manual do trabalho doméstico*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. *Direitos Fundamentais dos Trabalhadores*. São Paulo: Atlas, 2015.

MONTEIRO DE BARROS, Alice. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2005.

NORMANDO, Cláudia Cavalcante. *Trabalho doméstico: valores jurídicos e dignidade humana*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Ed., 2005.

OIT. Trabalho Doméstico no Brasil: rumo ao reconhecimento institucional. Brasília: ILO, 2010.

PEREIRA, Lucia Miguel, "Crônica feminina", in *A Ordem*, n. 38, maio-junho 1933 b, Rio de Janeiro.

PIKETTY, Thomas. *A economia da desigualdade*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

SANTOS, Ely Souto dos. *As domésticas, um estudo interdisciplinar da realidade social, política, econômica e jurídica*. Porto Alegre, Ed. da Universidade, UFRGS, 1983.

SCHWARTZMANN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro, *Tempos de Capanema*, São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo; Editora Paz e Terra, 1984.

SKIDMORE, Thomas E., *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*, 12^o ed., São Paulo : Paz e Terra, 2000, 512 p., ISBN 978852190690

SUPIOT, Alain. *Crítica do Direito do Trabalho*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016.

Submissão em 15/04/2021 / Aceito em 28/05/2021